

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao ano de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. INTRODUÇÃO

A AgeRio é uma instituição financeira não bancária sujeita às normas do Banco Central do Brasil, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004, sendo vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2024, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento às demandas de apoio financeiro que visam sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com os Setores Privado e Público, Investimentos em Participações e Prestação de Serviços.

Durante o ano de 2024 a AgeRio operou no financiamento de operações de crédito com recursos próprios junto às prefeituras, com a linha AgeRio Setor Público e com operações direcionadas para o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPES), nas linhas de AgeRio Investimento e AgeRio Giro Produtivo. Em relação a recursos de terceiros, ao longo do período, a AgeRio operou com linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – por meio do Programa Inovacred – e com recursos do Ministério do Turismo (MTur) – por meio do FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo. Além disso, atuante como prestadora de serviços, foram utilizados recursos do Fundo Estadual de Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO) e do Programa Fomenta Maricá, voltados para microempreendedores, micro e pequenas empresas daquele município.

3. PANORAMA ECONÔMICO

A economia brasileira apresentou um crescimento de 3,4% do PIB (Produto Interno Bruto) quando comparado ao mesmo período de 2023, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com bom desempenho dos setores da indústria (3,3%) e dos serviços (3,7%), enquanto o setor da agropecuária recuou (-3,2%).

A Despesa de Consumo das Famílias cresceu 4,8% em relação ao ano anterior, puxada pela melhora no mercado de trabalho, pelo aumento do crédito e pelos programas governamentais de transferência de renda. Já a Despesa do Consumo do Governo cresceu 1,9%. A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 7,3%, devido aos aumentos da produção interna e da importação de bens de capital, além da expansão da construção e do Desenvolvimento de Software. No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 2,9%, enquanto as Importações de Bens e Serviços subiram 14,7%. Os destaques da pauta de importações foram: produtos químicos; máquinas e aparelhos elétricos; veículos automotores; máquinas e equipamentos e serviços.

Em dezembro/2024, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu acelerar a alta nas taxas de juros ao elevar a Taxa Selic em 12,25% na última reunião do ano, fortalecendo o compromisso de convergência da inflação à meta. Com respeito à inflação, a sua meta estipulada para o ano de 2024 foi de 3% – com mínima de 1,5% e máxima de 4,5% – medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro/2024, o IPCA registrou, no acumulado do ano, o valor de 4,83%, superando em 0,21 ponto percentual (p.p.) o IPCA de 2023 (4,62%) e ficando 0,33 p.p. acima do teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quanto ao mercado de trabalho brasileiro, a taxa de desemprego média anual atingiu o menor patamar histórico em 2024 (6,6%), onde demonstrou uma diminuição de 1,2 p.p., quando comparado com o mesmo período de 2023 (7,8%), de acordo com o IBGE. No acumulado do ano de 2024, o Brasil atingiu um saldo positivo de, aproximadamente, 1,7 milhão de empregos formais com carteira assinada, com destaque para o setor de serviços (929 mil), o comércio (336,1 mil) e indústria (306,8 mil).

Especificamente sobre o Estado do Rio de Janeiro (ERJ), segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o PIB do Rio de Janeiro cresceu 2,5% no terceiro trimestre de 2024 e prevê que o PIB fluminense registre um crescimento de 4,1% no ano de 2024. A variação positiva será resultado do contínuo avanço da Indústria de Petróleo e Gás, Transformação e a de Construção. No que tange o mercado de trabalho fluminense, segundo dados do Novo CAGED do Ministério da Economia, o saldo de empregos formais no ERJ, foi de 145.240 novos postos de trabalho no acumulado do ano.

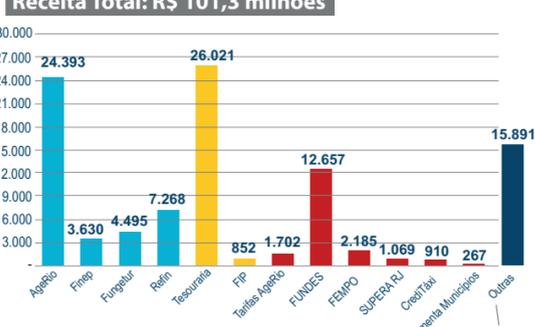
4. DESEMPENHO

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou lucro de R\$ 6,8 milhões no exercício de 2024, com Patrimônio Líquido de R\$ 543,4 milhões e Ativo Total de R\$ 780,5 milhões. A arrecadação total de receita teve valor de R\$ 101,3 milhões contra uma contabilização de despesa no valor total de R\$ 94,6 milhões.

As receitas de operações de crédito foram de R\$ 40,5 milhões no exercício de 2024, representando uma redução de 18,1% em relação ao exercício de 2023. Já as receitas de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) foram de R\$ 27 milhões (26%), e as receitas de Prestação de Serviço somaram R\$ 18,9 milhões (19%). O grupo de Outras Receitas (reversões de impostos, receita de juros e mora, fundos garantidores, FREMF, créditos recuperados baixados como prejuízos e aluguel de imóveis) somaram aproximadamente R\$ 15,9 milhões (16%). Em relação às receitas de prestação de serviços, a mais representativa foi junto ao FUNDES, no total de R\$ 12,7 milhões no exercício de 2024, representando uma redução de 3,5% em relação ao exercício anterior.

Receita Total: R\$ 101,3 milhões

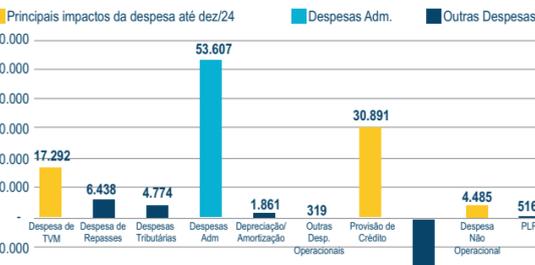


O resultado de TVM obtido no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 9,7 milhões (+R\$ 18,1 milhões em 2023), impactado principalmente pelo *valuation* das carteiras de Fundos de Participações nos quais a AgeRio investe.

A composição das despesas acumuladas no período de janeiro a dezembro de 2024 (R\$ 94,6 milhões), demonstra maior participação das despesas administrativas com o valor de R\$ 53,6 milhões (57%), seguida da despesa de provisão de crédito no valor de R\$ 30,9 milhões (33%) e despesa de TVM no valor de R\$ 17,3 milhões (18%). A seguir, apresentam-se os valores de todos os grupos da despesa e destaque a reversão do IR/CSLL devido ao reconhecimento do crédito tributário:

Despesa Total: R\$ 94,6 milhões

Principais impactos da despesa até dez/24



Destaca-se o impacto operacional significativo referente à provisão para perdas nas operações de crédito, cuja despesa no exercício de 2024 foi de R\$ 30,9 milhões (R\$ 24,6 milhões em 2023), reflexo principalmente do ambiente de aumento da inadimplência.

Destaca-se ainda o reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos no montante de R\$ 29,7 milhões, mediante realização de estudo técnico conforme previsto na Resolução CMN nº 4.842 de 30/7/2020, que teve um efeito de reversão da despesa tributária.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até trezentos e sessenta mil reais. O programa financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro por meio do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO). Em 2024, esse produto foi segmentado em duas linhas: uma para microempreendedores individuais; e outra para micro e pequenas empresas.

A linha destinada aos microempreendedores individuais possui crédito de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Neste segmento, foram apoiados 2.390 microempreendedores, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 21,31 milhões. Na linha destinada a micro e pequenas empresas (de ticket limitado em R\$21 mil) foram apoiadas 735 empresas, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 15,15 milhões.

Além disso, ainda com recursos do FEMPO, foi operacionalizada a linha CredTáxi. Esta linha tem como objetivo o financiamento de novos carros aos taxistas do Estado do Rio de Janeiro. Foram apoiados 263 (duzentos e sessenta e três) taxistas, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 18,14 milhões.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

Até o mês de dezembro de 2024, foram realizadas 76 operações de crédito com pessoa jurídica, totalizando R\$ 41 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Deste total, 39 empresas foram contempladas com nossos recursos próprios para capital de giro totalizando R\$ 2,8 milhões; 13 empresas receberam financiamento à inovação com um desembolso total de R\$ 31,4 milhões; e 24 empresas do setor de turismo receberam crédito no valor total de R\$ 6,7 milhões.

4.2.3. Programa Fomenta Municípios

No Programa Fomenta Municípios, a AgeRio atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios contratante, com recursos oriundos dos orçamentos municipais. No ano, o programa Fomenta Municípios liberou cerca de R\$ 5,29 milhões em operações de crédito para 172 negócios, exclusivamente com a Prefeitura de Maricá.

4.2.4. Operações com Setor Público

Somos uma empresa parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da concessão do crédito às prefeituras. Até o mês de dezembro/2024, ocorreram 8 liberações de operações de crédito no valor total de R\$ 48,5 milhões, com o Município de Nova Iguaçu recebendo R\$ 22,7 milhões, o Município de Mesquita com R\$ 18,5 milhões, o Município de Itaboraí com R\$ 4,1 milhões, o Município de Miguel Pereira com R\$ 3 milhões e o Município de Barra Mansa com R\$ 195,7 mil.

4.2.5. Investimentos em Participações

O investimento em Participações ocorre de forma indireta, ou seja, por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) que são regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por meio desse instrumento e contando com atuação profissional de gestoras de recursos habilitadas, são realizados investimentos em empresas com alto potencial de crescimento em troca de participação societária.

A atual carteira da AgeRio possui sete FIPs: FinHealth I, Performa Key, Nascenti, Br Startups, MSW Multicorp 2, Indicador 2 IOT e Criatec 4. A AgeRio já subscreveu investimento em outros dois FIPs, Govtech Brasil e WE Empreendedorismo Feminino, porém aguarda as chamadas de capital para realização de integralizações.

5. CARTEIRA DE CRÉDITO

Em dezembro/2024, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 2,61 bilhões, assim composto:

a) A carteira de crédito de risco próprio apresentou saldo de R\$ 341,92 milhões, composta pelas linhas de financiamento com recursos próprios e recursos de terceiros (FINEP, FUNGETUR e BNDES) com aumento de 2,32% em relação a junho de 2024.

b) A carteira administrada referente aos Fundos Municipais apresenta saldo de R\$ 7,6 milhões, sendo composta pelo programa Fomenta Maricá e pelo programa Recomeçar Paraty.

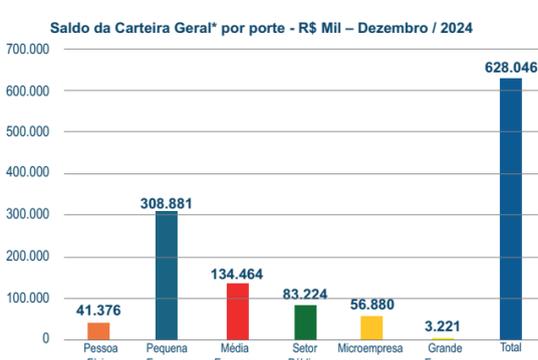
c) A carteira administrada dos Fundos Estaduais apresenta saldo de R\$ 278,5 milhões, sendo composta pelas linhas de financiamento do FEMPO, Supera RJ, FREMF (Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses) e CredTáxi.

d) A AgeRio presta serviço de agente financeiro ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que possui um saldo no montante de R\$ 1,9 bilhão.

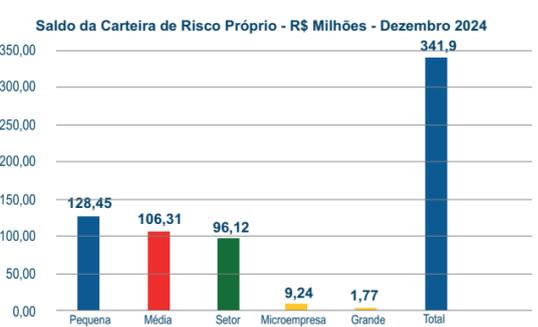
Fonte de Recursos (Dez/24)	Valor
AgeRio (Recursos Próprios)	244.924.877
FINEP	68.523.242
FUNGETUR	28.466.575
Carteira de Risco Próprio	341.914.695
Fomenta Maricá	7.606.658
Recomeçar Paraty	21.573
Fundos Municipais	7.628.231
FEMPO	31.756.164
Supera Rio (FEMPO)	54.307.618
Supera RJ Cidade Integrada (FEMPO)	1.058.045
Supera RJ Emergencial (FEMPO)	12.617.444
Supera RJ (FEMPO)	17.970.045
FREMF	160.793.471
Fundos Estaduais	278.502.788
FUNDES	1.980.471.260
Carteira Geral	2.608.516.974

5.1. Saldo da Carteira de Crédito por Porte

Na posição do mês de dezembro/2024, observando os portes das empresas que compõem o saldo da carteira geral de crédito administrada pela AgeRio, excluindo as empresas do FUNDES, conclui-se que mais da metade do saldo da carteira é composto por empresas do porte de pequena empresa (53%), conforme gráfico abaixo:

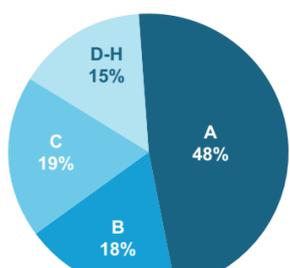


Analisando somente a nossa carteira de crédito de risco próprio, demonstra-se que a maior parte do saldo dessa carteira é composto também pelas empresas do porte de pequena empresa (38%):

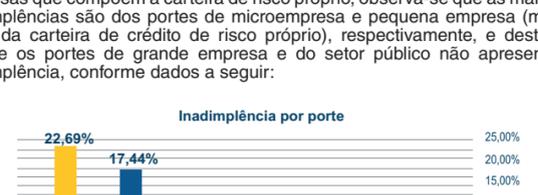


5.2. Nível de Risco e Inadimplência da Carteira de Risco Próprio

Na posição do mês de dezembro/2024, a maior parte das operações que compõem o saldo da carteira de crédito de risco próprio possuem nível de risco "A" (48%), conforme gráfico abaixo:



No que tange a inadimplência (operações com atraso de pagamento superior a 90 dias) da nossa carteira de risco próprio, em dezembro de 2024 o índice de inadimplência apresenta-se em 8,43%, em um saldo inadimplente de R\$ 28,8 milhões composto por 173 clientes. Analisando a inadimplência por porte das empresas que compõem a carteira de risco próprio, observa-se que as maiores inadimplências são dos portes de microempresa e pequena empresa (maior saldo da carteira de crédito de risco próprio), respectivamente, e destaca-se que os portes de grande empresa e do setor público não apresentam inadimplência, conforme dados a seguir:



6. GESTÃO

6.1. Governança

A AgeRio possui sua estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos calcados na legislação vigente e nas melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente e assegurando a conformidade de seus processos. No Estatuto Social estão definidas as seguintes instâncias na estrutura de governança: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, e Comitês Estatutários.

As decisões, além de colegiadas, são tomadas com base em critérios técnicos e em regimes de alçadas. O Estatuto Social prevê os seguintes comitês estatutários: Investimentos, Crédito e Renegociação, Ética, Compras e Contratações, Elegibilidade e Remuneração (deliberado por Assembleia Geral do Conselho de Administração) e Auditoria.

Além disso, atualmente, a AgeRio conta, previstos em seu organograma, com o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital, Comitê de Comunicação de Marketing e Comitê de Tecnologia da Informação.

6.2. Ética

A alta administração da AgeRio, seus empregados, prepostos, estagiários, prestadores de serviço e demais colaboradores pautam suas ações em transparência, princípios éticos e de integridade, tais como legalidade, justiça, transparência, prevalência do interesse público, lealdade, cooperação, respeito, honestidade, responsabilidade, eficiência e cortesia.

O Código de Ética e Conduta, disponível na intranet, tem por objetivo direcionar e orientar a todos sobre os valores e normas da empresa. Ali está previsto que, anualmente, será organizada ação institucional para reforço desses valores éticos, em que todos têm a oportunidade de renovar seu compromisso com o Código de Ética e Conduta da AgeRio, assinando o Termo de Ciência.

Além disso, a AgeRio possui um Comitê de Ética autônomo, estabelecido para apurar infrações éticas por parte do corpo funcional, conforme o Decreto Estadual nº 43.583/2012. Internamente, algumas normas tratam do tema, como o GEP.016 (Competência Disciplinar); o GEP.021 (Comitês Disciplinadores) e o AES.008 (Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil).

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AgeRio compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AgeRio para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AgeRio.

(R\$ Mil)	Dez/24
Patrimônio de Referência (PR)	541.725
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	74.535
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	467.190
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	719.346
- RWA _{CRAB}	476.543
- RWA _{CRAB}	242.803
- RWA _{MPAB}	0
IRRBB	5.539
Limite para Imobilização (LI)	233.595
Situação para Limite de Imobilização	3.245
Índice de Imobilização (II)	0,69%
Índice de Basileia (IB)	64,95%

6.4. Controles Internos e Compliance

Um dos pilares da governança da empresa é o "Modelo das Três Linhas de Defesa"; que ajuda a garantir que a instituição tenha uma gestão de risco eficaz e esteja em conformidade com leis e regulamentos. Atuando na segunda linha de defesa, a área de controles internos e compliance, juntamente com a área de gestão de riscos e a área de segurança cibernética, supervisiona os riscos visando garantir que toda a empresa, em sua primeira linha de defesa, funcione corretamente.

Uma das vertentes da atuação do Controle Interno são as ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), estruturadas por uma política interna, aprovada pelo Conselho de Administração (POL.007), por regras de monitoramento, seleção e análise de ocorrências, baseadas na Circular BACEN nº 3.978/2020 e na Carta Circular BACEN nº 4.001/20. Além de ações preventivas, de detecção e de informe ao COAF, a AgeRio capacita e certifica periodicamente seu corpo funcional em ações anticorrupção e de PLD/FT.

O uso de tecnologias da informação e de bancos de dados públicos, como de entidades ligadas ao financiamento do terrorismo, também no âmbito internacional, tem sido instrumento para um monitoramento mais eficaz e tempestivo sobre pessoas expostas politicamente.

A AgeRio possui um Programa de Integridade que engloba valores, normas e procedimentos internos de promoção da integridade, como a análise da reputação de administradores, clientes e fornecedores, e também o incentivo à denúncia de irregularidades. Para tanto, a empresa dispõe de um Canal de Denúncias que garante o anonimato do denunciante, tanto interno quanto externo.

6.5. Gestão da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

A AgeRio é, em razão da sua atividade empresarial, controladora de dados pessoais de clientes pessoas físicas (sócios, empreendedores, avaliados), administradores, empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Nesse sentido, realiza o tratamento de dados pessoais de pessoas naturais que com ela se relacionam por dever legal (art. 5º, inciso I, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (POL.031) – que não se aplica a pessoas jurídicas – estabelece princípios e diretrizes para o cumprimento da LGPD, além de pautar o gerenciamento de risco por meio da mitigação de eventuais incidentes de segurança sobre dados pessoais, balanceando as necessidades dos dados pessoais dessas pessoas naturais relacionadas a AgeRio e, com isso, cumprir sua missão institucional.

7. PESSOAS

Na AgeRio, as relações de trabalho são pautadas pelos valores da ética e transparência, do incentivo à gestão participativa e à meritocracia, da responsabilidade socioambiental, e do respeito à diversidade.

A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 31 de dezembro de 2024, 42,5% do quadro de colaboradores (diretores e empregados) e 43,7% dos cargos de liderança (Diretoria, Superintendências e Gerências) eram ocupados por mulheres.

Fugindo de todo tipo de discriminação e reconhecendo potenciais em todas as idades, a AgeRio hoje conta com mais de 13,5% do número de colaboradores (diretores e empregados) com idade superior aos 50 anos.

Em 2024, a AgeRio celebrou as seguintes ações e campanhas:

- Sua Voz Importa: Campanha com o objetivo de conscientizar as mulheres a respeito da importância da promoção de um ambiente de trabalho seguro, ético e respeitoso, com realização de roda de conversa com o grupo Empoderadas.
- Programa AgeRio de Gestão Administrativa Sustentável (PAGAS): Campanha com o objetivo de promover iniciativas de sustentabilidade no contexto administrativo da organização. Foram realizadas ações de conscientização a respeito do uso da água (1º trimestre) e do plástico (2º trimestre).
- Workshop com o Programa Empoderadas: Ação de prevenção e enfrentamento ao assédio e a violência contra as mulheres, com ensino de técnicas físicas e de comportamento muito úteis para situações emergenciais.
- Conscientização sobre Doação de Sangue: Ação, em parceria com o Hemório, que tratou sobre a importância do ato e tirou dúvidas sobre os procedimentos para doação de sangue.
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT): Ação que abordou inúmeros assuntos importantes, tais como: Ergonomia no Ambiente Laboral, Comunicação Não-Violenta e Saúde Mental em Home Office. Durante a SIPAT os colaboradores puderam realizar Avaliação Postural, um Checkup Biológico e outras atividades de bem-estar.
- Disponibilização, no site da AgeRio, da ferramenta VLibras: Ação com o objetivo de gerar acréscimo na Inclusão Digital, por parte da AgeRio, aos seus clientes internos e externos.

- Setembro Amarelo: Campanha com o objetivo de promover a conscientização e a prevenção ao Suicídio e aos transtornos mentais.

- Outubro Rosa: Campanha com o objetivo de destacar a importância da prevenção ao câncer de mama e colo do útero e promoção do cuidado com a saúde física e emocional das mulheres e de hábitos saudáveis.

- Novembro Azul: Campanha com o objetivo de destacar a importância da prevenção ao câncer de próstata e promoção do cuidado com a saúde física e emocional dos homens e de hábitos saudáveis.

O corpo funcional da AgeRio, em parceria com o RioSolidário, participou ainda das seguintes ações sociais: SOS Chuvas, Páscoa Solidária e Natal Solidário. A AgeRio mantém uma política permanente de teletrabalho, com celebração de acordos individuais junto aos colaboradores de forma a garantir a devida conformidade legal e o equilíbrio entre as necessidades organizacionais e os benefícios para os colaboradores, garantindo-se ainda mecanismos de reconfiguração desta condição a depender do contexto de suas operações futuras.

Tendo, inclusive, em agosto de 2024, publicado uma Cartilha de Teletrabalho, para orientar e dar apoio aos colaboradores durante o trabalho remoto.

Por fim, a AgeRio se mantém com o selo de certificação *Great Place to Work*, destinado as melhores empresas para se trabalhar, que possui validade até fevereiro de 2025.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (GEGOV)

A AgeRio, no desenvolvimento de seu papel de agente promotor do desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro, atua na concessão de financiamentos para projetos instalados ou que venham a se instalar no Estado e possui a Responsabilidade Socioambiental como um de seus valores. Sua carteira é composta predominantemente por empresas de micro, pequeno e médio portes, dos setores de comércio e serviços.

Considerando o

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em R\$ Mil)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
DISPONIBILIDADES	29	77	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	10	213.526
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	708.729	701.772	Obrigações por Empréstimos e Repasses	10b	100.595
Títulos e Valores Mobiliários	4	409.186	Outros Passivos Financeiros	10c	99.256
Operações de Crédito	5	341.915	Cauções de Operações de Crédito	10a	13.675
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	(42.372)	OUTROS PASSIVOS	11	23.590
OUTROS ATIVOS	6	6.709	Sociais e Estatutários	11a	3.293
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	7	30.378	Fiscais e Previdenciários	11b	2.328
Imóveis Não de Uso Recebidos		42.104	Outras Obrigações	11d	17.078
(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável		(11.726)	Provisão para Contingências	11c	891
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	29.740	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	543.394
IMOBILIZADO DE USO	8	3.245	CAPITAL SOCIAL	12a	536.345
Custo de Aquisição		14.029	RESERVAS DE LUCROS	12b	7.049
(-) Depreciação Acumulada		(10.784)	TOTAL		780.510
INTANGÍVEL	9	1.680			750.902
Custo de Aquisição		14.446			
(-) Amortização Acumulada		(12.766)			
TOTAL		780.510			750.902

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em R\$ mil)

ESPECIFICAÇÕES	Reservas de lucros				Totais
	Capital social	Legal	Outras	Lucros ou prejuízos	
SALDOS EM 30/JUN/24	536.345	2.992	-	(26.511)	512.826
Aumento de Capital com Reservas	-	-	-	-	-
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	33.268	33.268
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	338	3.719	(4.057)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.095)	(1.095)
Dividendos	-	-	-	(1.605)	(1.605)
SALDOS EM 31/DEZ/24	536.345	3.330	3.719	26.511	543.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	338	3.719	26.511	30.568
SALDOS EM 31/DEZ/23	511.348	2.783	7.833	-	521.964
Aumento de Capital com Reservas	-	-	-	-	-
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	4.173	4.173
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	209	164	(373)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.809)	(2.809)
Dividendos	-	-	-	(991)	(991)
SALDOS EM 31/DEZ/23	532.381	2.992	164	-	535.537
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	209	164	6.757	7.130
SALDOS EM 31/DEZ/22	532.381	2.992	164	-	535.537
Aumento de Capital com Reservas	-	-	-	-	-
Aumento de Capital - incorporação JCP/Dividendos	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	6.757	6.757
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	338	3.719	(4.057)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.095)	(1.095)
Dividendos	-	-	-	(1.605)	(1.605)
SALDOS EM 31/DEZ/24	536.345	3.330	3.719	-	543.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	338	3.555	-	7.857

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de reais (salvo quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, situada na Avenida Rio Branco, 245 - Centro, no Rio de Janeiro/RJ, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS), tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro à empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.

Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa - FINEP e do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO, e é operadora do Programa Fomenta Maricá, de oferta de créditos orientados no município, cujo recurso é oriundo de fundo administrado por este. Apóia, também, investimentos no Estado por meio de participações societárias indiretas, via fundos de investimento em participações.

Em abril de 2023 foi instituído o Programa CrediTaxi através de decreto regulamentando a lei 9.835/22, para oferta de crédito a taxistas para renovação de frota. O objetivo é apoiar as categorias e fomentar o setor de transportes, garantindo mais segurança e conforto aos passageiros. A linha de crédito é operacionalizada pela AgeRio, com taxa de juros zero e prazo para pagamento em até 60 meses e carência de 6 a 12 meses. Os financiamentos são concedidos com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO).

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, e são revisadas periodicamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Mudanças na Divulgação no Balanço Patrimonial: As contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade e a abertura de segregação entre circulante e não circulante passa a ser divulgada apenas nas respectivas notas explicativas.

A moeda funcional da Instituição é o Real (R\$). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 7 de março de 2025, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Normas e leis que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2024

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e leis possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2024 e ainda não foram adotadas pela Agência:

A Resolução CMN, nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a qual entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

- I - classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- II - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros;
- III - designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e
- IV - evidenciamento de informações sobre instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais aspectos que contém a nova normativa são:

I - Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros

I.1. – Classificação de instrumentos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorrerá tanto pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados pela Agência, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" ("SPJ").

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como i) custo amortizado, ii) valor justo no resultado ou iii) valor justo em outros resultados abrangentes. A Resolução CMN nº 4.966/21 prevê outras possibilidades de designação de um instrumento ao valor justo sob determinadas condições.

A Agência opera com programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma Agência de fomento. Foram realizadas análises dessas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

As Agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, sendo que as duas primeiras categorias devem ocorrer o ajuste ao valor de mercado. Em decorrência deste fato, há alterações na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, onde:

- Operações de Crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito, deverão ser classificados substancialmente a custo amortizado,

exceto aqueles que as características dos seus fluxos de caixa indicar que existam outros componentes relevantes fora o principal e juros e, portanto, não atenderem ao critério de acordo básico de pagamento, os quais deverão ser classificados a valor justo;

- As cotas de fundo de investimentos deverão ser classificadas como valor justo no resultado, por se tratarem de ativos financeiros do tipo instrumento patrimonial cujo gerenciamento e desempenho é avaliado com base no valor justo dos ativos financeiros constantes no Fundo de investimento;
- As cotas de fundo de investimento designadas inicialmente como valor justo em outros resultados abrangentes, deverão ser avaliados pelo valor justo, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

- Os passivos financeiros, relacionados a compromissos de créditos e créditos a liberar, empréstimos e captações, serão classificados ao custo amortizado. Com base nos modelos adotados, a Agência estimou um impacto líquido de efeitos tributários de aproximadamente R\$ 3 (três mil reais) em seu patrimônio líquido, decorrente a aplicação da Resolução CMN nº 4.966/21, relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de instrumentos financeiros. Os efeitos do referido impacto, serão registrados em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos instrumentos financeiros.

II - Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros e Ativos Problemáticos

Atualmente, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada nos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "HH" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Com a entrada em vigor da resolução CMN nº 4.966/21, a constituição de provisão correrá em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, com base em percentuais mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, considerando o tempo de atraso, a classificação desses ativos financeiros por tipo de modalidade e garantia "C1" (menor risco) e "C5" (maior risco) e a caracterização do ativo como problemático.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passará a ter 3 componentes:

- Provisão para Perda incorrida: Para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias);
- Provisão adicional: Provisão para ativos problemáticos (inadimplidos e não inadimplidos) e para ativos sem problema de recuperação de crédito;
- Provisão para Perda Esperada: perda estimada de acordo com os modelos internos da instituição.

A instituição deverá constituir a provisão com base no maior valor entre: (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada simplificada.

Perímetro de aplicação

O modelo de avaliação para constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros, deverá considerar um escopo de aplicação mais amplo do que o atual modelo utilizado.

Nesse sentido, os ativos financeiros classificados nas categorias custo amortizado (CA), valor justo no resultado (VJR), relativo às operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito e para aqueles ativos financeiros com atraso acima de 90 dias, valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA), bem como, as exposições a garantias financeiras prestadas e demais exposições ao risco de crédito, registradas em contas contábeis de controle, passarão a ser elegíveis a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Adoção da nova regra de ativos problemáticos

O instrumento financeiro irá se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), quando:

- Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
- Houver reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- Houver indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação seja marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, serão também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático poderá ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e:

- Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e
- Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Agência não deverá reconhecer, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Por fim, a Agência irá reconhecer os juros das operações da faixa entre 60 e 90 dias de atraso, não caracterizadas como ativo problemático, levando em consideração a data base 31 de dezembro de 2024.

O impacto estimado do reconhecimento dos juros das operações da faixa entre 60 e 90 dias de atraso, foi de aproximadamente R\$ 78 (setenta e oito mil reais) em seu patrimônio líquido, líquido de efeito tributário.

Esse montante será reconhecido contabilmente quando da adoção do normativo, em 1º de janeiro de 2025, em contrapartida às contas dos respectivos ativos financeiros.

Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Metodologia Simplificada

A Agência por pertencer ao segmento S4, utilizará a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

a) Provisão para perdas Incorridas – Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas será estimada considerando:

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito deverá corresponder, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em R\$ mil)

	Segundo Semestre 2024	Exercícios findos em 31/12/2024	Exercícios findos em 31/12/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13a	34.400	50.197
Receita de Operações de Crédito		20.332	40.504
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		14.068	9.693
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(18.209)	(37.329)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.385)	(6.438)
Provisão para Operações de Crédito		(14.824)	(30.891)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		16.191	12.868
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(14.478)	(32.690)
Receita de Prestação de Serviços	13b	9.506	18.892
Despesa de Pessoal	13c	(20.582)	(39.962)
Outras Despesas Administrativas	13d	(7.902)	(14.907)
Despesas Tributárias	13e	(2.526)	(4.979)
Despesas de Provisão para Contingências		(88)	(319)
Outras Receitas Operacionais	13f	7.288	8.978
Outras Despesas Operacionais		(174)	(393)
RESULTADO OPERACIONAL		1.713	(19.822)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.734)	(2.607)
Despesas/reversão de provisão p/ desvalorização bens não de uso		(1.781)	(2.745)
Outras receitas e despesas não operacionais		47	138
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(21)	(22.429)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		33.805	29.702
Corrente	14a	4.065	(38)
Diferido	14b	29.740	29.740
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS		(516)	(516)
NO LUCRO		33.268	6.757
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		170.880.389	170.880.389
N.º de ações		170.880.389	170.880.389
Resultado líquido por ação do capital social		0,19	0,04

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - em R\$ mil

	Segundo Semestre 2024	Exercícios findos em 31/12/2024	Exercícios findos em 31/12/2023
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.511	6.757	4.173
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	26.511	6.757	4.173

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em R\$ mil) - MÉTODO INDIRETO

	Segundo Semestre 2024	Exercícios findos em 31/12/2024	Exercícios findos em 31/12/2023
--	-----------------------	---------------------------------	---------------------------------

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(20)	(22.429)	15.646
Ajustado por:			
(Reversão)/Prov. Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos pra Venda	1.781	2.745	(314)
Avaliação a valor justo de Fundos de Investimento em Participação	(44)	16.226	10.706
Depreciações e Amortizações	931	1.861	1.739
Provisão para Perdas c/ Operações de Crédito	14.824	30.891	24.634
Provisão para Passivos Contingentes	88	319	-

RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES

	17.560	29.613	52.411
VARIÁVEL DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(15.442)	(30.171)	(60.343)

Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários (63.436) (53.209) (48.309)

Redução (aumento) em Operações de Crédito (23.198) (864) (26.013)

Redução (aumento) em Outros Ativos e Bens (Redução) aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses 6.000 5.742 (19.705)

(Redução) aumento em Cauções de Operações de Crédito 9.061 6.766 (11.717)

Adicionalmente, as perdas apuradas de 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontraram inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Por fim, a Agência poderá optar, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretroativa, por efetuar as deduções de que trata o caput deste artigo, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A implementação da Lei 14.467 resultará em um impacto estimado de -R\$ 571 (quinhentos e setenta e um mil reais) em seu patrimônio líquido, devido ao tratamento tributário. Os efeitos do referido impacto serão registrados em 1º de janeiro de 2025. Este valor foi calculado com base em simulações que consideram as novas regras de dedução de perdas de créditos, estabelecido pela Lei 14.467 e medida provisória 1.261/24.

Considerando o conjunto estimado dos impactos acima mencionados, decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e Lei nº 14.467/22, haverá um aumento percentual no patrimônio líquido da Agência, líquido de efeito tributário de 0,006%.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução CMN 4.818/2020 e Resolução BCB Nº 2/2020. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos federais que compõem a carteira dos fundos de investimento são mensurados pelo custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela AMBIMA. Os ganhos e/ou perdas são reconhecidos no resultado do período.

A AgeRio também vem investindo em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), tendo em vista seus objetivos estratégicos e sociais. A Circular nº 3.068 de 08/11/2001 BACEN, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, mas as agências de fomento não são incluídas nestes critérios, motivo pelo qual se segue a Instrução CVM 579 de 30/08/2016, que estabelece os critérios contábeis de reconhecimento dos ativos e passivos desse tipo de Fundo, inclusive determinando seus registros pelos respectivos valores justos. O reconhecimento dos rendimentos desses Fundos tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

Em 2021, a AgeRio passou a controlar as variações positivas e negativas dos FIPs em função de avaliação ao valor justo em subcontas vinculadas ao ativo a fim de adequar-se a Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, no intuito de tributar tais ganhos no cálculo do IRPJ e CSLL, somente em sua alienação ou baixa. Até o exercício de 2020, as variações positivas, fruto de avaliação ao valor justo, eram tributadas de forma temporária, sem a efetiva realização do fundo.

d) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com prazo igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "A" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso a partir de 15 dias como operações em curso anormal.

b) Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 5.

c) Renegociação

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H".

d) Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem.

e) Imobilizado de uso e Intangível

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação acumulada, conforme método linear e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimado (Nota 8). O Ativo Intangível está representado por direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os itens registrados no Ativo Intangível são amortizados pelo método linear e com taxas estabelecidas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens (Nota 9).

f) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

g) Avaliação do valor recuperável (Impairment)

Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes, mantendo-se os saldos contábeis inferiores aos valores de mercado apurados.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual, com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.

A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% nos termos da legislação fiscal em vigor.

i) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

j) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da área Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgações. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota "11c".

k) Créditos tributários

Foi efetuado o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, mediante a elaboração de estudo técnico nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020, sobre projeções da expectativa de resultados futuros, e demonstração da probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O detalhamento consta na nota explicativa 14b.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carteiras de Valores Mobiliários	31/12/2024	31/12/2023
I - Curto Prazo	343.933	275.087
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	320.190	275.087
Títulos Públicos Federais	23.743	-
II - Longo Prazo	65.253	97.115
Títulos Públicos Federais	24.330	44.834
Cotas de Fundos em Participações (ii)	39.661	51.052
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	1.262	1.229
Total de Títulos e Valores Mobiliários	409.186	372.203

(i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP, FI CAIXA AgeRio e BB Agerio FI, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. O Fundo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações comprometidas lastreadas nesses títulos. Tanto o FI CAIXA quanto o BB Agerio FI são fundos destinados à AgeRio, e sua carteira é composta predominantemente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, e em menor percentual em operações comprometidas.

(ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) atendem o objeto social da AgeRio, através do apoio ao desenvolvimento de empresas inovadoras e com alto potencial de crescimento. O Anexo IV da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, normatiza a atuação dos FIPs. Vide composição a seguir:

Fundo	Previsão de encerramento*	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
BBI Financeira I	21/12/2025	10.000	10.000	21.468
Performa Key	26/12/2025	5.000	4.498	271
Nascenti	20/04/2025	2.000	2.000	294
Br Startups	11/03/2026	6.000	6.000	7.436
MSW Multicorp 2	04/04/2032	7.500	4.966	5.162
Indicator 2 IOT	02/03/2031	10.000	5.150	4.890
GovTech	20/12/2032	7.500	-	-
WE Ventures	19/03/2030	5.000	-	-
Criatec 4	04/07/2033	10.000	539	140
Total (ii)	-	63.000	33.153	39.661

*passível de prorrogação

(iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos possuem a composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado Contabilizado
FGI	1.045	1.045	1.262
FGO	-	-	-
Total (iii)	1.045	1.045	1.262

Em novembro de 2023 houve a deliberação das regras de saída de cotistas referente ao encerramento do FGO, administrado pelo Banco do Brasil, mantendo-se um saldo remanescente para suportar os encargos do Fundo. Em dezembro de 2024 foi realizado o resgate total das cotas e o respectivo pagamento aos cotistas.

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Títulos Públicos Federais são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de Dezembro de 2024 a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador do crédito e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações (31/12/2024)	Provisão são %	Provisão Adicional	Valor da Provisão (31/12/2024)	Total das Operações (31/12/2023)	Valor da Provisão (31/12/2023)*
A	160.501	0,5%	803	803	141.019	706
B	61.239	1,0%	612	612	82.049	820
C	67042	3,0%	2.011	42	2.053	90.187
D	6.355	10,0%	635	635	11.072	1.107
E	4.387	30,0%	1.316	1.316	4.413	1.324
F	7.606	50,0%	3.803	3.803	8.965	4.482
G	6.386	70,0%	4.471	280	4.751	12.013
H	28.399	100,0%	28.399	28.399	18.110	18.110
TOTAL	341.915	42,050	322	42.372	367.828	38.258

*Resolução nº 2682/99

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	38.258	27.344
Constituição da provisão	26.715	23.483
Reversão de provisão	(6.188)	(4.091)
Créditos baixados para Prejuízo	(16.413)	(8.478)
Saldo no fim do período	42.372	38.258

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Setor Privado	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Próprios	83.880	101.912
Repasses	60.949	77.269
Setor Público	22.931	24.643
Recursos Próprios	4.633	5.390
Provisão para Crédito de liquidação Duvidosa	(18.314)	(16.325)
Saldo no final do período	70.199	90.977

Longo Prazo

Setor Privado	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Próprios	161.915	213.903
Repasses	87.854	147.561
Setor Público	74.061	66.342
Recursos Próprios	91.487	46.623
Provisão para Crédito de liquidação Duvidosa	(24.058)	(21.934)
Saldo no final do período	229.344	238.592

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

Prazo	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas	7.848	7.672
Até 60 dias	2.334	3.035
De 60 dias a 180 dias	2.602	2.636
Acima de 180 dias	2.912	2.001
Prazo	334.067	360.156
Até 180 dias	43.230	50.366
De 180 dias a 360 dias	37.435	49.264
Acima de 360 dias	253.402	260.526

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Setor de Atividade	31/12/2024	31/12/2023
Administração pública	96.120	33.565
Alimentos e Bebidas	9.967	10.634
Comércio	45.268	70.373
Construção e Imobiliário	10.151	14.004
Educação, Saúde e outros	32.289	37.137
Máquinas e equipamentos	3.543	5.107
Mineração	20	51
Químico e Petroquímico	3.264	2.870
Serviços Privados	46.628	62.912
Telecomunicações	16.825	22.052
Outros	77.840	109.123
Total	341.915	367.828

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS

Prazo	31/12/2024	31/12/2023
Curto Prazo	3.035	9.071
Adiantamento e Antecipações	674	808
Devedores por depósitos em garantia	134	133
Conta Transitória de financiamento (ii)	478	6.389
Créditos a Receber Funcine (i)	39	196
Despesas Antecipadas	1.710	1.545
Longo Prazo	3.673	663
Impostos e Contribuições a Compensar	3.281	373
Créditos a Receber Funcine (i)	392	290
Total	6.709	9.734

(i) O Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional investido pela AgeRio (Funcine Rio 1) foi encerrado em 29/09/2020, sendo que os ativos constantes em sua carteira (total de 10) no momento de seu término foram repassados para os cotistas com base nas suas respectivas proporções no Fundo. A composição da proporção da AgeRio (com as devidas atualizações) segue abaixo:

Funcine Projetos	Investimento AgeRio	Recebimento AgeRio	PDD	Valor Ativo AgeRio 31/12/2024	Em Reais
Afinal Filmes 2	114.551,10	93.677,01	0,00	49.231,17	
Sala de Cinema Itaipu	200.464,42	24.150,35	176.314,08	0,00	
O Diário de Mika 1ª Temporada	19.473,69	0,00	19.473,69	0,00	
O Diário de Mika 2ª Temporada	117.987,63	0,00	117.987,63	0,00	
Filme Mussum	171.826,65	10.776,60	0,00	203.585,67	
Filme Orlando, Florida	143.188,87	401,26	0,00	178.233,97	
Filme Ela Disse, Ele Disse	148.916,43	9.428,01	139.488,42	0,00	
Filme Gaby Estrella Produção	286.377,75	0,00	286.377,75	0,00	
Filme Gaby Estrella Distribuição	572.755,55	2.238,01	55.037,54	0,00	
Total	1.260.062,08	140.671,24	794.679,10	431.050,81	

Do montante de R\$ 431.050,81 de créditos a receber, as parcelas abaixo estão previstas para se realizarem nos próximos 12 meses:

Data/Projeto	Afinal Filmes	Mussum, o Filmis	Dois é Demais em Orlando	Em Reais
Jan/2025			401,26	
Mar/2025		3.592,20		
Abr/2025	13.777,80		401,26	
Jun/2025		3.592,20		
Jul/2025			401,26	
Set/2025		3.592,20		
Out/2025	9.053,95		401,26	
Dez/2025		3.592,20		

(ii) O saldo da Conta transitória de financiamento possui caráter transitório ou temporário e refere-se aos valores de parcelas baixadas no último dia útil do mês, a serem conciliados com o extrato do banco do 1º dia útil do mês seguinte.

NOTA 7 – ATIVO NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA RECEBIDOS

Impairment Custos	Custo não de Uso	Redução ao Valor Recuperável	Valor Recuperável
	31/12/2024	31/12/2023	
Imóveis não de uso mantidos para venda - recebidos	42.104	(11.726)	30.378
Referem-se a imóveis originados de baixa de operações de crédito de curso anormal e de dação em pagamento para liquidação/amortização de dívida e recuperação de prejuízo. Foi realizada em 2024 a avaliação externa dos Bens, classificados como ativos não financeiros mantidos para venda, em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil e normas contábeis vigentes. Adicionalmente, a fim de atender a Instrução Normativa BCB nº 428, de 01/12/2023, os ativos não financeiros mantidos para a venda recebidos estão registrados em contas de controle de circulante e não circulante, refletindo na classificação das Demonstrações Financeiras.			

NOTA 8 – IMOBILIZADO DE USO

Imobilizado de uso	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
--------------------	---------------------	--------------------	-----------------------	----------------

c) Despesa de Pessoal		
Despesa de Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	22.835	21.504
Encargos Sociais	7.900	7.604
Honorários de diretores e conselheiros	1.707	2.153
Benefícios	6.805	6.747
Trainamentos	50	220
Estagiários	665	612
Total	39.962	38.840

d) Outras Despesas Administrativas		
Outras Despesas Administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de Energia Elétrica	312	256
Despesa de Aluguéis	33	37
Despesa de Comunicação	121	136
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	502	298
Despesa com Materiais	52	49
Despesa Processamento de Dados	3.230	2.162
Despesa Promoções e Relações	77	487
Despesa de Propaganda e Publicações	104	155
Despesa de Seguros	105	70
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	188	167
Despesa com Serviço de Terceiros	1.511	1.619
Despesa Serviço de Vigilância	95	95
Despesa Serviço Técnico Especializado	3.367	1.489
Despesa de Transporte	169	246
Despesa com Viagens	126	113
Despesa com Emolumentos judiciais e cartorários	2.197	846
Despesa com Associações	227	197
Despesa com Condomínio	601	592
Outras Despesas Administrativas	29	36
Despesa com Depreciação e Amortização	1.861	1.739
Total	14.907	10.789

e) Despesas Tributárias		
Despesas Tributárias	31/12/2024	31/12/2023
ISS	1.045	491
COFINS	3.207	3.608
PIS	521	586
Outros Impostos e Taxas	206	508
Total	4.979	5.193

Desde 2021 a AgeRio tem sido anualmente habilitada a patrocinar projetos culturais certificados pela Secretaria Municipal das Culturas (SMC) através de renúncia fiscal do ISS (Imposto Sobre Serviços). O limite de patrocínio da Agência foi estabelecido em R\$ 48,7 (2024) e 38,8 (2023) pela SMC.

Após a habilitação e o contato com os projetos certificados, foi definido o patrocínio da Agência ao projeto de capacitação profissional "A Arte Gerando Renda", desenvolvido pelo produtor Favela Mundo, que promove cursos gratuitos de arte e empreendedorismo em comunidades do Rio de Janeiro. O direcionamento dos recursos oriundos da renúncia fiscal foi efetuado pela AgeRio nos exercícios de 2023 e 2024, totalizando os montantes acima mencionados.

f) Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízos	8.901	15.882
Reversão PLR	4	57
Outras Rendas Operacionais	73	493
Total	8.978	16.432

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração do imposto de renda e da contribuição social correntes			
	31/12/2024	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	(22.429)	(22.429)	15.646
(-) Participação nos lucros	(516)	(516)	(765)
(-) Juros sobre o Capital Próprio – JCP/Dividendos	-	-	(3.800)
Resultado após JCP/Dividendos	(22.945)	(22.945)	11.081
(+) Adições	52.776	52.776	37.335
(-) Exclusões	(29.641)	(29.641)	(24.091)
Resultado Líquido Ajustado	190	190	24.325
IR – 25% e CSLL – 20%	-	38	5.843
Total IR e CSLL	38	-	10.708
Ganho Tributário JCP	-	-	927

Em 2023 a AgeRio aderiu ao incentivo fiscal de apoio à inovação tecnológica previsto na Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), apurando uma economia tributária de R\$ 124 em 2023 e de R\$ 87 em 2024.

Conforme previsto no art. 75 da IN 2201/2024 RFB, para efeitos de apuração do lucro real e do resultado ajustado a pessoa jurídica poderá deduzir os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados, individualizadamente, ao titular, aos sócios ou aos acionistas, limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e calculados, exclusivamente, sobre as seguintes contas do patrimônio líquido. Assim, em 2024 houve a constituição do JCP (Nota 11a), mas não houve a sua dedução na base fiscal com a fundamentação de que esta geraria prejuízo fiscal no ano corrente para AgeRio.

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos
Em 2024 foi realizado estudo técnico tributário que evidenciou que a AgeRio atende aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central para constituição de créditos tributários oriundos do estoque de PDD ativa e das operações em prejuízo cujas perdas não foram utilizadas pelos critérios da Lei 9.430/1996, conforme demonstrado abaixo:

DIFERENÇA TEMPORÁRIA	Base 31/12/2024
Provisão para Perdas Res. 2682	42.372
Prejuízo Lei 9.430	23.718
TOTAL DIFERENÇA TEMPORÁRIA	66.090
IRPJ DIFERIDO – 25%	16.522
CSLL DIFERIDO – 20%	13.218
ATIVO FISCAL DIFERIDO	29.740

O referido estudo demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos, nos termos previstos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 16 – SEGUROS		
Seguro	Vigência	Lim. Máx. de Indenização/ Garantia R\$ mil
Bens Patrimoniais e Imóveis	25/02/2024 a 25/02/2025	6.350

Em 31 de Dezembro de 2024 a AgeRio mantém apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 17 – LIMITES OPERACIONAIS
Os Limites Operacionais da AgeRio são reportados mensalmente ao Banco Central do Brasil através do documento 2061 – Demonstrativo de Limites Operacionais. A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução BCB nº 229/2022. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Resolução BCB nº 356/2023.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação. A metodologia utilizada para cálculo do valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) é o ΔNIL, conforme apontado no Art. 5º da CIRCULAR Nº 3.876, DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	541.725	514.562
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	74.535	74.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	467.190	440.027
RWA – Ativos Ponderados pelo Risco	719.346	687.736
– RWACPAD	476.543	525.217
– RWAOPAD	242.803	162.520
IRRBB	11.713	8.253
Limite para Imobilização (LI)	233.595	220.013
Situação para Limite de Imobilização	3.245	3.188
Índice de Imobilização (II)	0,69%	0,72%
Índice de Basileia (IB)	64,95%	63,98%

Sérgio Gusman
Presidente

NOTA 18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

I. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados à gestão de riscos, as práticas de mercado, além das recomendações dos supervisores e reguladores e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O processo de gerenciamento de riscos é composto por papéis e responsabilidades distribuídos nos diferentes níveis hierárquicos da instituição, e conduzido pela Diretoria Executiva com o suporte do Chief Risk Officer (CRO), e tem o patrocínio do Conselho de Administração. O gerenciamento de riscos permite identificar e monitorar o nível de exposição aos riscos, de modo a mantê-los compatíveis com o apetite de risco da AGÊNCIA vislumbrando o cumprimento dos objetivos estratégicos espelhados no plano de metas dos negócios.

A AGÊNCIA está exposta a diferentes tipos de riscos inerentes às atividades de uma instituição financeira não bancária, sendo elencados a seguir:



Os principais riscos mensuráveis e quantificáveis, considerados relevantes para definição do apetite a riscos da AgeRio, em razão da magnitude e natureza das suas operações, são os riscos de crédito, liquidez e operacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O risco de crédito é tratado pela área de riscos corporativos nas metodologias de análise de risco de crédito e, também, pelo acompanhamento dos indicadores da carteira, dando transparência às informações sobre a situação da carteira de crédito. Além disso, são realizados pareceres técnicos pela área de análise de risco de crédito em cada operação de crédito e acompanhamento pelas áreas de acompanhamento e de cobrança que monitoram as garantias e os pagamentos realizados.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição. O risco de liquidez é mensurado de forma contínua através do indicador de liquidez da AgeRio, e é tratado conforme o disposto no plano de contingência de liquidez.

c) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição. O gerenciamento de risco operacional é realizado pela área de riscos corporativos e a área de compliance em conjunto com todas as áreas da agência. Todas as áreas da agência podem informar através do e-mail de risco operacional as ocorrências e o acompanhamento é realizado pela área de gestão de riscos

Choque de Taxas de juros no retorno dos Ativos e na inadimplência

	Ocorrência 1ºsem/25	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Selic (Janeiro/2025)	12,15%				
BC-Br (Nov/2024)	154,18				
Base	21.618.853	(2dp)	(1dp)	1dp	2dp
Receita de Financiamentos	21.618.853	21.334.842	21.492.778	21.783.548	21.988.390
Impacto	-	(284.011)	(156.075)	164.696	369.537
Receita de TVM	17.137.853	15.784.782	16.462.417	17.811.107	18.482.199
Impacto	-	(1.363.071)	(675.436)	673.255	1.344.347

Sensibilidade Selic e IBC-Br

Taxa de Inadimplência de Crédito
Impacto
DP= desvio-padrão da série histórica da SELIC de 5 anos.
IBC-Br = Índice de Atividade Econômica do Banco Central

NOTA 19 – CONTROLE INTERNO, CONFORMIDADE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

Sistema de Controles Internos e Conformidade
A AgeRio mantém a estrutura de conformidade alinhada às melhores práticas do mercado e exigências regulatórias. O ambiente de controles internos vem sendo continuamente aprimorado para assegurar que riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados de forma adequada e eficiente. A unidade gerencial dedicada, vinculada à Presidência, atua de forma independente e imparcial, assegurando a integridade e eficácia dos processos internos.

Tecnologias e Ferramentas

Uso de tecnologias modernas para otimizar os controles e monitoramentos, que permitem um acompanhamento contínuo das atividades da instituição.

Processos de Due Diligence

As políticas “Conheça seu Cliente”, “Conheça seu Empregado” e “Conheça seu Fornecedor”, além de conterem procedimentos de análise de risco reputacional de terceiros periodicamente, são importantes para garantir que a empresa lide com partes idôneas e minimize os riscos associados a atividades ilícitas.

Treinamento Contínuo

A AgeRio investe continuamente em programas de capacitação para todos os níveis da organização, com foco em conformidade, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Os treinamentos abrangem todos os colaboradores, com conteúdos atualizados e instrutores qualificados.

Monitoramento e Comunicação com o COAF

O processo de monitoramento inclui a seleção e análise de operações suspeitas de LD/FT, além de eventual comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Este procedimento é realizado de maneira segregada e imparcial, garantindo que as transações que apresentem suspeita de irregularidade sejam devidamente analisadas.

Atualização e Revisão de Políticas

As políticas e procedimentos internos são revisados continuamente para assegurar que estejam sempre atualizados e alinhados com as melhores práticas do mercado e as exigências do ambiente regulatório. Este compromisso com a atualização garante que a instituição esteja sempre preparada para responder às mudanças regulatórias e desafios do setor.

Iniciativas de Sustentabilidade

Além das práticas de conformidade, a AgeRio se empenha em integrar princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas atividades. Campanhas como “Chuva de Solidariedade” e “AgeRio Sustentável” são exemplos do compromisso da instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Compromisso com a Melhoria Contínua

A AgeRio reconhece a importância de aprimorar continuamente seus sistemas e práticas e vem estudando e implementando novas ferramentas de automação para otimizar os processos internos e reduzir os tempos de resposta. Além disso, busca constantemente identificar oportunidades de melhoria e implementar soluções eficazes.

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é o acionista majoritário da AgeRio e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro é o acionista minoritário, conforme explanado na nota explicativa “12a”.

Os Juros sobre Capital Próprio, valor que engloba os dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11a), tem como principal beneficiário o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista majoritário, que tem por prática reverter estes recursos em novos aportes ao patrimônio líquido da agência.

A remuneração com os administradores no exercício de 2024, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 2.074 (R\$ 2.611 em 2023).

NOTA 21 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AgeRio possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos

e pela área de compliance através de ferramenta de acompanhamento de forma a entender o erro ocorrido, dar o tratamento, em conjunto com as áreas envolvidas, para que ele não ocorra novamente e tomar as devidas medidas quanto à responsabilização, caso necessárias. Além disso, são realizados testes periódicos dos sistemas da Agência pela área de TI.

II. Análise de Sensibilidade

Com base no disposto na Resolução BCB nº 2/2020, a AgeRio considera a análise de sensibilidade advinda do “Programa de Testes de Estresse” para avaliar as incertezas nas estimativas de ativos e passivos, cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. O Programa de Teste de Estresse da AgeRio, utiliza parâmetros para avaliar o impacto na liquidez e na carteira de crédito ativa da Instituição. Os resultados são demonstrados a seguir, para cada parâmetro e visam avaliar os impactos para o exercício de 2024:

Parâmetro I: Classificação de Risco das operações em carteira.

Objetivo: Avaliar o impacto de deterioração da qualidade creditícia da carteira através de *downgrades* na classificação de risco das operações.

Com base na posição de 31/12/2024, o total de provisionamento foi de R\$ 42.372 mil. Dessa forma, os resultados para o Parâmetro 1 do Teste de Estresse seriam:

	Provisão 30/06/2024	PROVISIONAMENTO	Em Reais AUMENTO PROVISÃO
1 downgrades para toda a carteira		54.355.383,55	11.983.685,87
2 downgrades		79.690.626,75	37.318.929,07
2 downgrades para operações garantidas apenas por aval ou aval e fundo garantidor		52.900.122,90	10.528.425,22

Parâmetro II: Recebimentos mensais dos 10 maiores Clientes – Concentração da carteira de Crédito

Objetivo: avaliar impacto no fluxo de caixa decorrentes de não pagamento por parte dos 10 maiores clientes da AgeRio.

	Perdas	30%	60%	Em Reais 100%
Parcela Principal	(2.904.392,46)	(5.808.784,93)	(9.681.308,21)	
Juros	(949.106,76)	(1.898.213,51)	(3.163.689,19)	
	(1.900.903,94)	(3.801.807,87)	(6.336.346,45)	

Parâmetro III: Recebimentos mensais – Carteira Ativa Total

Objetivo - Avaliar a perda de fluxo de caixa e de receita financeira para toda a carteira ativa.

O resultado do teste é mostrado a seguir:

	Perdas	10%	20%	Em Reais 30%
Parcela Principal	(R\$ 5.471.639,41)	(R\$ 10.943.278,82)	(R\$ 16.414.918,23)	
Juros	(R\$ 3.756.612,68)	(R\$ 7.513.225,36)	(R\$ 11.269.838,04)	
	(R\$ 1.678.124,42)	(R\$ 3.356.248,84)	(R\$ 5.034.373,26)	

Parâmetro IV – Variações da taxa de Juros – SELIC

Objetivo: Impacto de variações na taxa de juros SELIC no retorno dos ativos. Foram realizados dois modelos de projeção considerando os efeitos de cenários conjunturais sobre a valorização dos ativos de Tesouraria e de Crédito, bem como sobre os níveis de inadimplência da Carteira.

1 - O primeiro modelo considerou como premissa a variação isolada da Taxa Selic e seus impactos sobre as receitas de TVM e Receitas de financiamento, e foram criados cenários com variação em termos de desvio padrão, evidenciando os impactos diretos nos ativos indexados à Selic.

2 - Para o segundo modelo, consideramos como premissa a variação em conjunto da Taxa Selic e do nível de atividade econômica medido pelo IBC-Br e seus impactos sobre taxa de inadimplência e as receitas de financiamento. Com base na carteira e taxa de inadimplência da mesma data-base utilizada para o Plano Financeiro e Orçamentário, a saber, 31/10/2024, tais exercícios utilizaram séries históricas internas e conjunturais, bem como modelos de regressão.

Os resultados da análise de sensibilidade à taxa de juros SELIC e aos níveis de atividade econômica estão apresentados no quadro a seguir:

	Ocorrência 1ºsem/25	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Base	21.618.853	(2dp)	(1dp)	1dp	2dp
Receita de Financiamentos	21.618.853	21.334.842	21.492.778	21.783.548	21.988.390
Impacto	-	(284.011)	(156.075)	164.696	369.537
Receita de TVM	17.137.853	15.784.782	16.462.417	17.811.107	18.482.199
Impacto	-	(1.363.071)	(675.436)	673.255	1.344.347

que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AgeRio são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL x RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE

todo o processo de concessão de crédito, desde a fase de apresentação da documentação até a fase de pagamento/cobrança, analisando também a possibilidade de responsabilidade financeira e jurídica com o contrato que foi responsável. (...) Na reunião de setembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes solicitações e recomendações, requerendo atendimento até o mês de dezembro de 2024: I – Recomenda a análise do percentual de inadimplência das outras Agências de Fomento do Brasil a título de comparativo com o percentual da AgeRio, sugerindo a realização de benchmarking; II – Solicita que a equipe de aprovação de crédito apresente, de forma detalhada, os procedimentos de comprovação dos requisitos de concessão de crédito, tanto no cenário anterior quanto a partir das mudanças já implementadas, tais como os impactos já observados; III – Solicita a apresentação da análise de responsabilidade dos agentes de crédito (...); IV – Solicita que seja apresentado relatório quanto a seguinte recomendação do Comitê em 21 de agosto de 2024 - (i) Tendo em vista a apresentação do Balancete Financeiro referente ao mês de junho de 2024, o COAUD recomenda que: No que se refere ao item de letra N [Destaque para as despesas com emolumentos judiciais e cartorário (...)],- seja realizado o acompanhamento e a comparação dos custos com a cobrança judicial e extrajudicial e o valor recuperado, para que se analise o custo-benefício deste aporte; e V – Tendo em vista a apresentação do Desempenho Econômico-Financeiro da AGÊNCIA, o COAUD recomenda que, nas próximas apresentações seja realizado uma comparação mês a mês, do acumulado em relação ao exercício anterior, conforme apresentado no Relatório de Análise de Contas (...) Na reunião de outubro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes solicitações e recomendações: I - Solicita maior detalhamento na apresentação do próximo balanço financeiro, conforme detalhado no Relatório da Carteira de Crédito e do Desempenho Econômico e Financeiro referente ao mês de agosto de 2024, pautado na presente reunião, explicando as principais variações, bem como análise da PDD; II - Em relação a apresentação elaborada pela SUOPA sobre o Processo de Análise de Crédito - Comparativo 2022/2024, o COAUD solicita que o material seja apresentado presencialmente pelo gestor responsável da respectiva área; e III - Em relação a apresentação elaborada pela SUJUR sobre Recuperação de Crédito referente à 2024, o COAUD solicita que o material seja apresentado presencialmente pelo gestor responsável da respectiva área. (...) Na reunião de novembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes solicitações e recomendações: I - Em relação a apresentação elaborada pela SUJUR sobre Recuperação de Crédito referente à 2024, o COAUD solicitou que o tema seja apresentado de forma trimestral ao colegiado, e que nas próximas apresentações sejam incluídos os seguintes pontos: (i) histórico da recuperação de crédito cobrado judicialmente; (ii) valor total da dívida cobrada judicialmente, bem como a sua comparação com o montante efetivamente recebido em decorrência das ações judiciais de cobrança; (iii) valor gasto para cobrança da dívida, incluindo emolumentos pagos em decorrência das ações; e (iv) análise se o resultado das cobranças gerou um saldo positivo ou negativo, considerando a comparação entre o valor recuperado e o valor total gasto. (...) Na reunião de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou a seguinte

solicitação: I - O Comitê de Auditoria recomendou que, nas próximas apresentações, seja demonstrado os clientes que estão sendo migrado para prejuízo. (...) **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Pela avaliação da estrutura organizacional da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria tem verificado que a AgeRio vem adotando providências relevantes voltadas a gestão e implementação de políticas, procedimentos e sistemas para execução dos processos de controle interno, contabilidade, financeiro, administração de carteira, gestão de risco de crédito, gerenciamento de riscos corporativos e de alocação de capital adequados a natureza e a complexidade da instituição e dos seus negócios (...). **5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** (...) O Comitê de Auditoria tem a sua disposição o acesso direto a Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. (...) Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de canais de comunicação eficazes. Quanto a Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** (...) As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação as Demonstrações Financeiras apresentadas. **7. CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios (e demais documentos) recebidos da Diretoria Executiva e das áreas de Controladoria, Gestão Financeira, de Riscos Corporativos, de Controle Interno, Conformidade e Programa de Integridade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades e de risco, gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras individuais referentes ao segundo semestre de 2024, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

COMITÊ DE AUDITÓRIA:

Alexandre Wanzeller Casali (Presidente Interino /Membro Qualificado) – Marcelo Fiorini (Membro).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Acionistas e Administradores da
Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGERIO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da AGERIO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AGERIO, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGERIO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGERIO. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGERIO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 10 março de 2025.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES - CRC - 2SP 017.676/O-8

CNAI PJ - 000155

HUGO FRANCISCO SACHO - CRC - 1SP 124.067/O-1